

# Governo federal não vai ajudar Rio a resolver crise no ensino

BRASÍLIA — O ministro da Educação, Carlos Chiarelli, eliminou ontem qualquer esperança de que o governo federal colabore para sanar a crise no sistema de ensino no Rio de Janeiro. "Educação de primeiro e segundo graus é problema dos governos estaduais", respondeu Chiarelli. Ontem, a secretária de Educação do Rio, Fátima Cunha, esteve em Brasília para buscar auxílio junto ao ministro e ao presidente Fernando Collor.

"O Rio vive um dos quadros mais graves do país em educação", relata Fátima Cunha. Num único dia, anteontem, a secretária assinou 500 pedidos de demissão. Os professores, informados com seus salários de Cr\$ 26 mil em média, abandonam seus empregos. Estão se aposentando aos 43 anos, quando a média até o ano passado era de 50 anos de idade. O número de pedidos de licença sem vencimentos também é muito grande. Somente em março, os professores receberão a segunda parcela do

13º salário. Os professores substitutos, que entraram no lugar dos que saíram, não receberam até agora seus salários de janeiro (talvez, recebam em março, de acordo com a secretária). Também não foi pago o abono de férias.

"Pior é a situação no Nordeste", rebate Chiarelli. "Lá, os professores ganham em média Cr\$ 2 mil", continuou. Segundo o ministro, a parte que caberia ao governo federal já foi feita. "O ano passado, repassamos aos governos estaduais US\$ 1,2 bilhão. Nunca na história do Brasil, eles receberam tanto dinheiro", afirma Chiarelli. O ministro da Educação evita afirmar que o problema se deva à má gestão administrativa do governo do Rio. "Respeito o princípio da federação", ironiza.

Por seu lado, Fátima Cunha tentou conseguir auxílio. Na sua concepção, o problema dos salários dos professores do Rio só se resolverá com uma alteração na legislação, que aumente o piso salarial dos professores para quatro salários mínimos. Esse projeto, Fátima

tentou entregar ao presidente Fernando Collor. "A senhora entregue ao meu ajudante de ordens", pediu Collor, durante a cerimônia de assinatura do convênio entre a Associação Brasileira de Empresas de Rádio e Televisão (Abert) e o governo para a produção de programas educativos. "Tenho acompanhado o problema no Rio. Espero que a senhora consiga revertê-lo", disse Collor, sem dar esperanças de ajuda à secretária.

"O governo do estado não pode fazer muito", afirma Fátima Cunha. "O quadro da Secretaria de Educação é de 136 mil pessoas. Corresponde a mais da metade de todo o funcionalismo do estado. Qualquer aumento de Cr\$ 2 mil que se dê, torna-se um ônus muito grande para o estado", afirma. "O que podíamos fazer, nós já fizemos", rebate Chiarelli. "A solução do problema, o governo do Rio não encontrará aqui em Brasília", conclui, dando o assunto por encerrado.